

As transformações no ofício de partejar nas décadas iniciais da República no Rio Grande do Sul

Sandra da Silva Careli
FAPA/PMPA

Resumo: O ofício de partejar, exercido desde períodos remotos, possui sua historicidade revelada nas técnicas empregadas, no perfil de seus executores e na relação que estabelecem com a sociedade na qual tais indivíduos ou profissionais estavam inseridos. Os primórdios do período republicano no RS se revelaram como um momento importante na constituição de uma percepção das parteiras e de seu ofício como um perigo à saúde pública. Esse artigo visa refletir, a partir da utilização da imprensa e de processos-crime, sobre os tensionamentos verificados internamente aos executores do ofício e entre estes e a sociedade gaúcha no período de 1900-1930.

Palavras-chaves: parto/parteiras, imprensa/justiça, saúde pública

Na década de 1900, o número de parteiras mencionadas nas matérias jornalísticas cresce significativamente. Com vistas ao período histórico iniciado na década de 1880, esta é a primeira vez que uma parteira nascida no Rio Grande do Sul – Emilia Silva, conhecida por Emilia Bravo - ganhava espaço nas páginas dos periódicos, além de verificar-se, nessa conjuntura, uma ampliação do perfil étnico das parteiras em operação em Porto Alegre. Das “novas” parteiras arroladas, algumas se diziam inscritas na Diretoria de Higiene (Bozena Weber e Simoa Vasconcellos) e outras se diziam diplomadas (Laura Puzzuoli e Trindade Tabasco). As cinco demais notabilizaram-se pela divulgação nos periódicos de práticas abortivas e de imperícia profissional alicerçadas em conhecimentos populares – práticas, ervas e curandeirismo. É interessante notar que a parteira Laura Puzzuoli – criminalmente conhecida também como Cecília Geppe – quando perseguida pela polícia por crimes de extorsão fugiu para Rio Grande, valendo-se de uma rota de fuga tradicional para os países latinos vizinhos¹. Da mesma forma que na década anterior permanecera a tendência das

¹ Processo do Crime do Júri Nº 115 - APRS. Laura Puzzuoli ou Cecília Geppe apresentava-se como Condessa de Gilardini e parente do presidente da Argentina Julio Proca. Afirmava ser uma parteira diplomada no Rio de Janeiro e em Buenos Aires e que possuía poderes sobrenaturais, supostas

2

parteiras ocuparem áreas nos arrabaldes da cidade, ainda que a residência no centro da cidade permanecesse majoritária entre aquelas que eram mencionadas nos jornais. Tal tendência se manteve pelo menos até a década de 1930.

A partir da década de 1900 se encontravam os mais significativos volumes de textos jornalísticos sobre o ofício de partejar e iniciaram-se algumas tendências que se consolidaram até a década de 1930: o incremento da publicidade em torno do oferecimento de serviços relacionados ao parto e ao atendimento aos incômodos ginecológicos femininos, dentre eles a presença de anúncios de médicos parteiros² e a oferta de remédios para o “retorno do incomodo mensal” e o grande volume de matérias locais seguidas pelas de cunho estadual, nacional e minoritariamente os textos alusivos a casos no exterior. Uma das matérias internacionais do período sobre parteiras refere-se ao processo de germanização da Polônia³.

Dois aspectos marcaram o conteúdo das matérias locais com relação às parteiras. Considerando-se a recorrência das aparições, o primeiro deles era a imperícia que foi veiculada por meio da discussão da assepsia e das manobras inerentes ao ofício que eram mal sucedidas. Com relação à assepsia, os cronistas aproveitavam as discussões nacionais e regionais em torno de questões sanitárias. Apresentando os produtos utilizados pelos populares no parto com ênfase em seu conteúdo não-científico – cachaça, alfazema, alecrim, entre outros⁴ e resgatando temores relacionados ao parto socialmente presentes entre as mulheres, eram denunciadas pelos cronistas as práticas que, pouco higienizadas, conduziam as mulheres a situações de doença e por vezes de morte, reforçando as apreensões das gestantes e de seus familiares. Ao mesmo tempo, eram apresentados textos médicos que enunciavam soluções químicas e práticas a serem executadas no ofício de partejar, muitas das quais foram acolhidas no regulamento de higiene ao qual as parteiras registradas deveriam seguir para evitar a infecção puerperal⁵.

Dentre as manobras executadas pelas parteiras no corpo feminino, particularmente as que causavam infertilidade ou falecimento, eram as que mais recorrentemente a imprensa

qualificações que utilizava para iludir a população e lhe tirar dinheiro. Frequentemente trocava de residência e seu amásio a auxiliava nos crimes.

² DR. LANZARA. In: *JORNAL DO COMÉRCIO*. Porto Alegre, ano 42, nº 1, 01/01/1906, p. 4.

³ UM DOS PRINCIPAIS. In: *JORNAL DO COMÉRCIO*, ano 42, nº 337, 20/12/1905, p. 4.

⁴ NOTICIÁRIO nacional. In: *JORNAL DO COMÉRCIO*. Porto Alegre, ano 45, nº 71, 25/03/1908, p. 2.

⁵ AS PARTEIRAS. In: *JORNAL DO COMÉRCIO*. Porto Alegre, ano 36, nº 80, 04/04/1900, p. 1.

3
sinalizava⁶. A reforçar essa estratégia, encontravam-se as matérias que relatavam os atendimentos feitos no setor de ginecologia da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, como as curetagens de aborto e as intervenções cirúrgicas para solucionar problemas resultantes do rompimento de tecidos e órgãos⁷ e as crônicas médicas⁸. Também era noticiada nos jornais a ação dos médicos da Assistência Pública na investigação dos casos que envolviam imperícia profissional e, se confirmada a responsabilidade das parteiras nos casos, as mesmas eram denunciadas à Diretoria de Higiene para as medidas administrativas e penais pertinentes.

O segundo conteúdo que recorrentemente era associado às parteiras nos textos jornalísticos do período em questão era a ligação dessas com os crimes de aborto, infanticídio e abandono de prole decorrente de questões de ordem moral: gravidez fora do casamento, incesto e infidelidade conjugal⁹.

Na década de 1900, não foram encontrados textos pagos por famílias atendidas pelas parteiras em agradecimento aos serviços prestados por estas profissionais. Quando os agradecimentos são encontrados, eles se referem aos médicos envolvidos nos partos bem sucedidos. As parteiras, quando mencionadas, atuam como coadjuvantes da ação médica¹⁰. Contudo, as agressões físicas de parentes das gestantes às parteiras mereciam nota na primeira página¹¹.

A menção às parteiras, nos textos jornalísticos na década de 1910, demonstra a manutenção do perfil de diversificação étnica e forte presença estrangeira presente nas décadas anteriores. Seguem as menções a Joanna Menhert, Emilia Nilles e Bozena Anna

⁶ NOTICIÁRIO da cidade. In: *JORNAL DO COMÉRCIO*. Porto Alegre, ano 36, nº 259, 06/11/1900, p. 2.

⁷ A SANTA Casa de Misericórdia. In: Porto Alegre, ano, 36, nº 167, 18/07/1900, p. 1.

⁸ BRITTO, Victor de. Responsabilidade médica I. In: *JORNAL DO COMÉRCIO*. Porto Alegre, ano 41, nº 205, 25/07/1904, p.1.

⁹ É interessante observar que o destino dos frutos de relações incestuosas e a ação das parteiras são apresentados nos jornais como relacionados tanto à classe popular quanto à abastada. Nas demais transgressões sociais ou crimes, tal menção não foi sinalizada.

¹⁰ CARVALHO, Deoclecio. Agradecimento. In: *JORNAL DO COMÉRCIO*. Porto Alegre, ano 41, nº 23, 24/01/1905, p. 2. Ver também elogios tecidos ao médico Serapião Mariante em razão do sucesso de uma cirurgia para extração de criança gerada numa gestação extra-uterina. A qualidade dos médicos gaúchos também era apresentada por meio de matérias como, por exemplo, a referente aos elogios do médico francês – Dr. Berthier – ao Dr. Rodrigues dos Santos pela tese da autoria do último: “Ação da água quente no parto” em O NOSSO COMPATRIOTA. In: *JORNAL DO COMÉRCIO*. Porto Alegre, ano 39, nº 132, 14/06/1905, p. 2..

¹¹ A PARTEIRA. In: *JORNAL DO COMÉRCIO*. Porto Alegre, ano 36, nº 66, 18/03/1900, p. 1.

4

Weber. Passaram a ser referidas também as parteiras Marcella Gallinati, Philomena Laner Spinato, Leonilda Moraes dos Santos, Guilhermina Jakobetz, Amália Fauth, Maria Luiza da Conceição, Mina Boerger, Clara Weiner Brandt e Carolina.

Marcella Gallinati era apresentada como diplomada pela faculdade de medicina de Porto Alegre nos tratos de clínica obstétrica e ginecologia do Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Afirmava possuir, em 1915, oito anos de prática civil e hospitalar, estando habilitada a receber parturientes e enfermas do aparelho genito-urinário. Para tanto, oferecia cômodos confortáveis e gabinete de cirurgia em sua residência. A proximidade do Dr. Pithan no mesmo prédio era anunciada pela parteira de maneira a empregar respeitabilidade aos seus serviços, além de garantir bom trato, sigilo profissional e modicidade de preços. Se, em 1914, anunciavam-se consultas gratuitas aos pobres, em 1915 tal possibilidade deixou de ser feita, ao mesmo tempo em que uma nova modalidade de serviço foi agregada: a hospedagem de pacientes¹². Até o presente momento, não é possível informar o destino da hospedagem de Marcella Gallinati, bem como se este tipo de estabelecimento possuía relações com as clínicas de parteiras localizadas na documentação a partir da década de 1940.

Segundo Brandão, Philomena Laner Spinato foi aprovada na primeira turma do curso de partos da Santa Casa em 1898 com distinção. Era filha de imigrantes italianos e chegou ao Brasil com dezessete anos, instalando-se com a família no Campo dos Bugres (Caxias do Sul). Nesta localidade, casou-se e teve cinco filhos. Ainda casada seguiu, em 1897, para Porto Alegre para realizar o citado curso, ficando hospedada com as irmãs franciscanas da Santa Casa enquanto estudava. Retornou a Caxias do Sul depois de formada, passando a ministrar seu ofício naquela localidade. Em 1910, encontrando-se em condição de viuvez, mudou-se com os filhos para Porto Alegre, vivendo do seu ofício de parteira¹³. O ingresso de receitas frente às suas despesas deve ter sido modesto, pois apenas na década de 1920 anuncia seus serviços no jornal *O Democrata* em uma relação de profissionais desse ofício¹⁴.

Mina Boerger apresentava-se nos anúncios que fazia nos jornais como diplomada e com prática suficiente para garantir seus serviços. Recebia senhoras em sua residência para partos e tratamento de doenças inerentes. O acréscimo do termo discrição no texto pode nos remeter

¹² PARTEIRA. In: *O DIÁRIO*. Porto Alegre, ano 4, nº 213, 06/10/1914, p. 4 e PARTOS e moléstias de senhoras. In: *CORREIO DO POVO*. Porto Alegre, ano 21, nº 9, 11/01/1915, p. 11.

¹³ BRANDÃO. Nadja dos Santos. *Da tesoura ao bisturi, o ofício das parteiras 1897-1967*. 1998. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUC-RS/PPG História, 1998, p. 87)

¹⁴ AS PARTEIRAS. In: *JORNAL DO COMÉRCIO*. Porto Alegre, ano 36, nº 80, 04/04/1900, p. 4.

5

a pensar a extensão dos serviços que oferecia¹⁵.

Carolina, apresentando-se como doutora-parteira e possuidora de vinte anos de experiência, afirmava possuir um método para aliviar o sofrimento das parturientes. Segundo o que as fontes sinalizam, tal método consistia em massagens terapêuticas. Sua ação envolvia também massagens de beleza contra rugas e obesidade. Aceitava ser chamada a qualquer hora na clínica de sua propriedade, não sendo possível determinar se os locais de residência e de trabalho encontravam-se separados¹⁶.

Com relação à Leonilda Moraes Santos e Amália Fauth, as crônicas sinalizam para o exercício de práticas de curandeirismo. A primeira é acusada de, em associação a Waldomiro José Bento, ter ministrado drogas na parturiente Eugenia Ferreira (o que a deixou em gravíssimo estado) e de ter causado a morte do filho desta gestante¹⁷. Amália, por sua vez, foi associada por um popular do município de Gravataí a uma feiticeira. Esta situação quase lhe rendeu um linchamento¹⁸.

Duas ilações podem ser definidas a partir do enunciado. A primeira, reforçando o percebido para com outros estados brasileiros e para com a área platina, refere-se à circulação das parteiras pelo território, seja ele contíguo ou remoto. Ainda que os fatores associados a esses deslocamentos sejam diferenciados (algumas buscam ocultar-se da ação da justiça), a busca pelo espaço no mercado de trabalho era recorrente, do que se pode deduzir na direção de um mercado de trabalho bastante competitivo – tanto entre parteiras como destas com os médicos - e com ingressos parcos. A segunda remete para uma discussão iniciada nos jornais na década anterior e que cresce nesta década para ganhar centralidade nos anos 1920: a questão do charlatanismo¹⁹.

O charlatanismo aparece nesta conjuntura como um desdobramento dos temas da imperícia profissional e da associação das parteiras a crimes para encobrir transgressões de natureza moral que circulavam nos periódicos na década anterior. A questão aqui salientada

¹⁵ PARTEIRA. In: *O DIÁRIO*. Porto Alegre, ano 2, nº 115, 23/10/1912, p. 11.

¹⁶ PARTEIRA. In: *O DIÁRIO*. Porto Alegre, ano 4, nº 249, 17/11/1914b, p. 1 e PARTEIRA. In: *CORREIO DO POVO*. Porto Alegre, ano 21, nº 14, 17/01/1915, p.1 4.

¹⁷ UM CASO a apurar: foi recolhida à Santa Casa em estado grave uma parturiente. In: *O DIÁRIO*. Porto Alegre, ano 5, nº 192, p. 5.

¹⁸ EM GRAVATAÍ: violenta cena de sangue entre camponeses, uma parteira em apuros. In: *O DIÁRIO*. Porto Alegre, ano 6, nº 100, 13/01/1917, p. 3.

¹⁹ WALLAU, Carlos. Corpos estranhos nas cavidades naturais do organismo. In: *REVISTA DE CURSOS*. Porto Alegre: Faculdade de Medicina de Porto Alegre/Oficina Gráfica da Livraria do Comércio, ano 3, nº 3, 1917, p. 24.

6

não se trata somente da desqualificação da profissional envolvida, mas também da imputação de uma “personalidade perversa” que realizava ações ludibriando a boa fé e o desconhecimento dos pacientes-clientes.

Ainda que algumas comunidades tenham sido alvo de exploração, gerando enriquecimento ilícito por pontuais casos entre esta data e a década de 1930, a construção do profissional do parto de forma pejorativa e a do paciente como vítima aparece de forma recorrente, anistiando o último das ações ilícitas que solicitava serem empregadas em seus corpos, como, por exemplo, as solicitações de aborto. Pode-se analisar esta situação a partir de uma paciente de 45 anos, com saúde excelente, que tivera seis partos normais, sendo o último com um intervalo de 12 anos, que recorrera a um médico por solicitação de uma parteira, visto a mesma ter diagnosticado na paciente a existência de uma “ulcera carcinomatosa”. O nome da profissional não foi revelado, mas sinalizada ironicamente pelo médico como uma conhecida profissional de Porto Alegre, cujo diagnóstico ele discordara. Colocando a disputa entre os dois profissionais quanto ao diagnóstico da enfermidade e a questão da perícia profissional a ela inerente, gostaria de centrar o olhar nas ações da paciente.

As informações presentes no relato médico acima pontuado nos remetem a pensar como uma mulher que tivera tal número de filhos nos seus primeiros anos de vida sexualmente ativa passou a deixar de tê-los no auge da fertilidade aos 33 anos. A resposta a essa questão aparece adiante na descrição das observações do médico com relação ao exame clínico feito na paciente, sem que ele sinalize para a possibilidade de práticas de controle da natalidade, visto seu interesse na prova material da imperícia da parteira consubstanciada no erro de ofício e de diagnóstico²⁰.

Esse olhar mais aguçado para com as ações dos indivíduos que operavam na área da saúde pode ser compreendido também pela preocupação com a impunidade freqüentemente referida nas crônicas. Criminalizar práticas sociais sem que houvesse amparo legal para tal ação e tentar vencer os limites legais impostos pela constituição estadual que legitimava a “liberdade profissional” parece ser uma grande preocupação dos cronistas e dos médicos no período²¹.

A freqüente absolvição das parteiras de tais acusações e a possibilidade de processos

²⁰ WALLAU, Carlos. Corpos estranhos nas cavidades naturais do organismo. In: *REVISTA DE CURSOS*. Porto Alegre: Faculdade de Medicina de Porto Alegre/Oficina Gráfica da Livraria do Comércio, ano 3, nº 3, 1917, p. 23-24.

²¹ ABORTO criminoso. In: *O DIÁRIO*. Porto Alegre, ano 1, nº 300, 25/05/1912, p. 5.

7

por calúnia posteriormente podem explicar a forma como o conteúdo acima foi apresentado, além do fato de o aborto possuir contornos morais o que pode ser percebido pelos outros delitos aos quais o crime foi associado.

Ainda que a década de 1910 siga a tendência iniciada nos anos 1900 (que se estendeu até 1930) e dê grande destaque às matérias locais nas páginas dos periódicos, faz-se necessário sublinhar que, na década em questão, o número de matérias estaduais aproxima-se numericamente das matérias locais nos periódicos de Porto Alegre. Esse aspecto (em princípio aparentemente quantitativo) esconde uma importante informação: a preocupação da imprensa em sinalizar os delitos que pelo estado ocorriam e as providências públicas envolvidas.

A partir da reprodução de matérias de periódicos de outras cidades ou pela divulgação de telegramas emitidos pelos correspondentes de jornais da capital, alocados no interior do Rio Grande do Sul, era possível fornecer ao leitor uma visão do conjunto das práticas sociais que envolviam a ação das parteiras e a forma como o poder público atuava. As alusões à cidade de Rio Grande eram priorizadas (mais de dois terços das referências), seguidas por referências a cidades em eventos pontuais: Uruguaiana, Caxias, Gravataí e Encruzilhada.

A recorrência do conteúdo era estratégica na formação da opinião pública: a imperícia profissional das parteiras, presente em todos os textos, as providências públicas (prisões, investigações, inquéritos, autopsias, ações da promotoria pública) e a ação dos médicos na denúncia com apenas uma menção, reforçando a idéia de que os profissionais da medicina encontravam-se em processo de construção de sua legitimidade perante a sociedade, situação esta que se retardava frente ao número de profissionais não habilitados que exerciam o ofício e ostentavam o título de doutor. Se por um lado a imperícia das parteiras era afirmada, por outro a perícia dos médicos ainda era questionável²².

Na década de 1920, permanecem as referências às parteiras Joanna Menhert, Philomena Laner Spinato e Maria Luiza da Conceição. Por sua vez, os periódicos sinalizam para um grande acréscimo de nomes de profissionais deste ofício entre os anunciantes de serviços e os mencionados nas colunas de noticiários: Julia Garcia, Bibiana Francisca da Conceição, Francisca Fay, Ludwinia Wetter, Maria Amália de Carvalho, Maria Kowackz (ou Kovaez), Olinda Rist, Thomasia Hernandez, Ursula Brocardo da Rocha, Amália Eberle (ou Heberle),

²² DENÚNCIA contra uma parteira. In: *CORREIO DO POVO*. Porto Alegre, ano 19, nº 55, 07/03/1913, p. 6.

8

Martha Hagel, Thomasia Gallante, Elvira Prass, Maria Izabel Reis, Martha Roth, Elizabeth Michel e Emma B. Martins.

Dos novos nomes que passaram a circular nessa década, pouco se pode apurar. Martha Roth e Maria Isabel Reis que exerciam o ofício de parteira nesta década somente se formaram em 1934 como enfermeiras obstétricas pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Foram processadas por imperícia profissional Maria Luiza da Conceição e Emma B. Martins; por aborto, Maria Luiza da Conceição, Martha Hagel e Thomasia Gallante e, por curandeirismo, Elizabeth Michel.

Algumas temáticas associadas às parteiras presentes nas décadas anteriores ainda podem ser identificadas nos anos 1920, tais como: a associação das parteiras a crimes de aborto, infanticídio e abandono de prole decorrente de questões de ordem moral, a imputação do atributo de imperícia às parteiras e a sua associação ao charlatanismo.

O aspecto novo desta conjuntura reside na discussão da mortalidade infantil e na relação desta com a ação das parteiras. Até os anos 1900, as referências com relação às mortes de crianças restringiam-se às notificações de falecimento nos obituários cujo detalhamento diferia conforme o periódico²³.

Na entrada do novo século, começaram a aparecer nos jornais matérias alusivas à situação da mortalidade infantil nos países ditos civilizados e o esboço da situação nacional com ênfase nas causas alimentares e no despreparo materno como explicativos da mortalidade infantil no Brasil. Essa abordagem segue e intensifica-se nos anos 1910 em consonância com a tendência nacional. Se num primeiro momento as mães e as condições sanitárias foram os alvos privilegiados da argüição dos articulistas frente à opinião pública no Rio Grande do Sul, nos anos 1920, a veiculação da temática da mortalidade infantil se viu acrescida nos periódicos regionais com a inclusão das parteiras como fatores de risco à integridade física dos fetos. Essa perspectiva associativa permanece sendo veiculada em 1923 na crônica médica do Dr. Alberto R. Goetze²⁴ e em 1925 na transcrição da conferência do médico Argymiro Dornelles na Sociedade de Medicina em Porto Alegre em 1925 que versou sobre a

²³ Nos jornais de Porto Alegre, verificava-se o arrolar estatístico de mortes por idade, sexo e causa. Já em Jaguarão, no periódico “A Ordem” era usual a veiculação de um obituário sob o título “Um anjo” no qual além da notificação do falecimento e das causas do mesmo, revelava-se o impacto da morte junto à família da criança, sendo o texto encerrado com as condolências do articulista. É possível perceber que apenas as crianças bem-nascidas eram objeto de tal distinção.

²⁴ A LUTA contra a mortalidade. In: *CORREIO DO POVO*. Porto Alegre, ano 29, nº 251, 23/10/1923, p. 3.

9
assistência às parturientes²⁵.

Ao mesmo tempo em que a denúncia do envolvimento das parteiras com a mortalidade infantil era realizada, o médico legitimava o espaço hospitalizado como o local apropriado para o cuidado com a gestante e sua prole, fazendo para isso alusões aos esforços de expansão da enfermaria da Santa Casa para este fim. Nesse mesmo ano, seguem as crônicas redigidas pelo Dr. Mário Totta sobre os cuidados a serem exercidos no pós-parto e os mensais relatórios de atendimento da maternidade da Santa Casa.

Pode-se notar também o início das manifestações que materializam a disputa dos médicos com as enfermeiras, particularmente aqui as enfermeiras obstétricas.

A partir de textos alusivos à situação nacional e internacional, os cronistas referendavam o conteúdo de seus textos na abordagem regional e legitimavam seu apelo à intervenção social por parte do poder público.

Na década de 1930, a última selecionada para este estudo, permanecem as referências nos periódicos às parteiras Maria Izabel Reis e Martha Roth. Surgiram, em contrapartida, a alusão a vários novos nomes: Aurora Rosário Souza, Palmyra Freitas, Josefina Gonçalves, Maria Luiza de Mendonça, Silvina, Carmem Dias dos Santos, Maria Del Molin, Anna Portella, Elvira Bohrer Araújo e Lídia Pietzmann. Nota-se, nesse momento, que a predominância estrangeira, visível em décadas anteriores, não se manifesta nesta conjuntura. Foram processadas por aborto as parteiras Aurora Rosário Souza, Palmyra Freitas, Josefina Gonçalves, Maria Luiza de Mendonça, Carmem Dias dos Santos e Maria Del Molin. Anna Portella foi processada por imperícia profissional.

Dessas novas referências, apenas Lídia Pietzmann apresenta-se como parteira profissional, tendo pago em 1931 a taxa cobrada pela prefeitura de Porto Alegre para exercer o ofício na cidade. A questão gerada pelo restrito número de parteiras diplomadas operando no Rio Grande do Sul nessa década obrigou a Diretoria de Higiene a consultar as autoridades sanitárias federais quanto aos procedimentos a serem executados, do que resultou a seguinte orientação:

[...] comunico-lhe que vem sendo tolerado, nesta capital, o trabalho das parteiras não formadas, visto o número limitado de diplomadas. Entretanto, este Departamento exige que as parteiras não formadas inscrevam-se nos

²⁵ A ASSISTÊNCIA às parturientes. In: *CORREIO DO POVO*. Porto Alegre, ano 31, nº 194, 16/08/1925, p. 10.

centros de Saúde, nos quais lhes são ministradas noções gerais de higiene e enfermagem: são, além disso, obrigadas a notificar os casos em que prestarem serviços, sendo-lhes cassadas as licenças quando exorbitarem das suas funções²⁶.

Medida similar também executou o Dr. Mário Totta em 1932 ao questionar a direção e o conselho técnico da recém-criada Faculdade de Medicina de Porto Alegre, na qual era professor, com relação à continuidade do Curso de Enfermagem Obstétrica, fundado em 1925 na Maternidade da Santa Casa de Misericórdia. O citado conselho informou-lhe do interesse da instituição em substituir o citado curso pelo de enfermagem obstétrica, o que deveria ocorrer no ano subsequente; para tanto o curso existente deveria ser suspenso²⁷.

No início da década, a questão do aborto profilático ganhou espaço nos jornais regionais. Dentre eles, o “Correio do Povo” empenhou-se na discussão e veiculação mais aprofundada da questão a partir de 1931 quando da apresentação no Congresso Médico Sindicalista no Rio de Janeiro do projeto do Dr. Porto Carrero referente aos motivos que poderiam levar um clínico a lançar mão da interrupção da gravidez (aborto provocado). Buscando inicialmente respaldo nos casos de países como a França, o jornal se posicionava pela condenação à ampliação dos dispositivos que legalizariam a prática. O argumento do jornal era baseado no senso comum e em aspectos morais²⁸.

A partir desse primeiro momento, o jornal passou a mostrar as diferenças de posição interna à classe médica. A favor do projeto se colocou o Dr. Martins Gomes e contrários os Drs. Mário Totta, Paula Esteves e Ricardo A. Weber entre outros. Além de questões técnicas, a questão da ação das parteiras e de seu espaço de atuação na sociedade, bem como as conseqüências da liberdade profissional também apareciam como elementos importantes na argumentação em prol da restrição ao aborto: “Se assim não for, continuaremos a assistir, como afronta aos brios da nacionalidade e desafio à ação moralizadora do sindicato médico, à

²⁶ A PROFISSÃO de parteira. In: *CORREIO DO POVO*. Porto Alegre, ano 39, nº 203, 31/08/1933, p. 9.

²⁷ CURSO DE PARTEIRAS e enfermeiras instituído pelo Dr. Mario Totta na Maternidade. In: *CORREIO DO POVO*. Porto Alegre, ano 38, nº 235, 02/10/1932, p. 3.

²⁸ A QUESTÃO do aborto médico. In: *CORREIO DO POVO*. Porto Alegre, ano 37, nº 184, 07/08/1931, p. 3.

11

verdadeira "indústria" dos abortos provocados"²⁹.

É nessa conjuntura que nos periódicos passaram a apresentar crônicas nas quais a associação das parteiras aos abortos, temática veiculada ao longo das décadas anteriores, ganhou sua consolidação em termos de construção e correlação de significados. As formas de estruturar esta ilação variavam conforme o periódico.

O jornal "Diário de Notícias", ao abordar a temática do aborto em textos noticiosos ou opinativos, utilizava a expressão "Faiseuses d'anges". A partir da narração dos fatos e do contexto no qual as ações se configuravam para a execução do aborto; era clara a preocupação do veículo jornalístico em singularizar a figura da parteira e de sua vítima. Isso era feito tanto através do texto quanto das imagens veiculadas.

Por sua vez, o "Correio do Povo" preferia abordar a mesma temática sob o título "A indústria criminosa dos abortos"³⁰. Neste periódico, a linha jornalística arrolava o conjunto dos envolvidos na execução do aborto, identificando-os a uma quadrilha na qual além das parteiras, os médicos eram arrolados como responsáveis pelos atos ilícitos. Para tanto, o periódico freqüentemente valia-se da fala médica para legitimar a idéia da existência de uma ameaça à sociedade³¹.

Os dados de atendimento na Santa Casa de abortos incompletos eram também fornecidos para intensificar a gravidade da situação: "[...] em 1930, atendemos na Maternidade a 291 mulheres com aborto incompleto, havendo 18 mortes; em 1931, a 323, com 14 mortes; em 1932, a 280, com 11 mortes [...]"³².

Ainda que a abordagem dada pelo "Correio do Povo" amplie a denúncia dos profissionais e classes sociais envolvidas perante a opinião pública, seus repórteres apenas investigavam e davam publicidade a casos que envolvessem abortos praticados por parteiras junto a classes não-abastadas.

Como se pode perceber ao longo do texto, o ofício de partejar ao longo das décadas de 1880 a 1930 foi sofrendo um lento, mas contínuo processo de afastamento das práticas pessoais eletivas privadas em direção ao processo de medicalização e publicização com vistas

²⁹ A QUESTÃO médico-social do momento. In: *CORREIO DO POVO*. Porto Alegre, ano 37, nº 188, 12/08/1931, p. 3

³⁰ O periódico "Estado do Rio Grande" utilizava as duas formas indistintamente.

³¹ A CRIMINOSA indústria dos abortos em Porto Alegre. In: *CORREIO DO POVO*. Porto Alegre, ano 39, nº 222, 22/09/1933, p. 5

³² A CRIMINOSA indústria dos abortos em Porto Alegre. In: *CORREIO DO POVO*. Porto Alegre, ano 39, nº 222, 22/09/1933, p. 5

12

ao seu controle. Nessa trajetória, o perfil e a ação dos profissionais envolvidos foram se alterando, tendo em vista a sua relação com a sociedade em mudança. O espaço social em transformação produzia novas demandas e possibilidades de ingerência que foram sendo esculpidas junto à opinião pública, com a utilização de estratégias por vezes dissonantes, obedecendo à interlocução dos diferentes interesses sociais constituídos e que buscavam tornarem-se hegemônicos perante o conjunto da sociedade. Homens e mulheres estavam envolvidos neste processo que deu publicidade ao privado. A construção social da idéia da existência das “Faiseuses d’anges” foi um capítulo importante neste dinâmico processo que somente pode ser apreendido na presença e na visibilidade de todos os atores envolvidos.

Bibliografia

- BEAUVALET-BOUOUYRIE, Scartet. As parteiras-chefes da maternidade Port-Royal de Paris no século XIX: obstetras antes do tempo? In: *REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS*. Florianópolis: UFSC, v.7, nº 1-2, 1999, p. 403-413.
- BRANDÃO, Nadja dos Santos. *Da tesoura ao bisturi, o ofício das parteiras 1897-1967*. 1998. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUC-RS/PPG História, 1998
- GONÇALVES, Daniela. “*Frutos do pecado*”: o universo numérico e o amparo à prole ilegítima e enjeitada em Porto Alegre (1772-1809). Porto Alegre: FAPA, 2003. Monografia de especialização.
- JARDIM, Rejane Barreto. *Revelando o implícito: irmãs de caridade e parteiras na formação do saber médico em Porto Alegre - 1872 a 1940*. 1998. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUC-RS/PPG História, 1998.
- MOREIRA, Sandra Careli. A maternidade na segunda metade do século XIX: sua idealização na imprensa escrita e suas possibilidades de concretude social. In: *MÉTIS: história & cultura*. Caxias do Sul: EDUCS, v. 1, n.º 2, jul./dez. 2002, 2003, p. 285-303.
- PEDRO, Joana Maria (Org.) *Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XIX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.
- PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Vivências cotidianas de parteiras e “experientes” do Tocantins. In: *REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS*. Florianópolis: UFSC, v.7, nº 1-2, 1999, p. 441-448.
- RODRIGUES, Fabiana Cardoso Malha. *Os crimes das mulheres: aborto e infanticídio no direito na passagem à modernidade no Brasil, 1890-1916*. Niterói: UFF/PPG História, 2004. Dissertação de mestrado.
- RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.
- SHAH, Sheetle M; SULTAN, Abdul H; THAKAR, Ranee. The history and evolution of pessaries for pelvic organ prolapse. In: *INTERNATIONAL UROGYNECOLOGY JOURNAL*. London: Springer, Vol. 17, Nº 2, Fev./2006, p. 170-175.
- THOMPSON, E. P.. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e

13

ideológicos da assistência à infância no Brasil. In: *REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA*. São Paulo: ANPUH/Humanitas, vol. 19, nº. 37, 1999, p. 103-124.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense 1889-1928*. Santa Maria/Bauru: Ed. da UFSM/EDUSC, 1999.